

STJ00098099

**Alfredo de Assis
Gonçalves Neto**

DIREITO DE EMPRESA

Comentários aos artigos 966
a 1.195 do Código Civil

5.^a edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

STJ00098099

DIREITO DE EMPRESA

Comentários aos artigos 966 a 1.195 do Código Civil

5.ª edição revista, atualizada e ampliada

ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO

1.ª edição: 2007 – 2.ª edição: 2008 – 3.ª edição: 2010 – 4.ª edição: 2013.



Este livro também pode ser
adquirido na versão eBook.
visite: livrariart.com.br

© desta edição [2014]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

MARISA HARMS
Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor:
sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [05-2014]

Profissional

Fechamento desta edição em [28.04.2014]



ISBN 978-85-203-5247-2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
NOTA À 5.ª EDIÇÃO	9
ABREVIATURAS.....	33

**INTRODUÇÃO AO ESTUDO
DO DIREITO DE EMPRESA**

I. Noções gerais.....	35
II. Método de estudo	38
III. Formação histórica	40
IV. Período anterior ao direito romano	41
V. Direito romano.....	42
VI. Queda do Império Romano do Ocidente.....	44
VII. Feudalismo e burguesia	44
VIII. O papel das corporações na formação do direito comercial.....	45
IX. O <i>ius mercatorum</i> e as primeiras compilações.....	46
X. Formação dos Estados modernos	46
XI. Revolução Francesa	47
XII. Direito dos atos de comércio	48
XIII. A revolução industrial e os atos em série.....	49
XIV. O direito comercial como direito de empresa.....	51
XV. Síntese conclusiva.....	52
XVI. O direito comercial no Brasil	55
XVII. O Código Comercial e o Regulamento 737.....	56
XVIII. Leis posteriores.....	59
XIX. As Constituições brasileiras.....	63
XX. Âmbito do direito comercial brasileiro	64

**Livro II
DO DIREITO DE EMPRESA**

**TÍTULO I
DO EMPRESÁRIO**

**Capítulo I
DA CARACTERIZAÇÃO
E DA INSCRIÇÃO**

Art. 966	
1. O conteúdo do Livro II da Parte Especial.....	69
2. Designação controvertida	70
3. Conceito de empresário.....	70
4. Quem não é empresário.....	72
5. A atividade intelectual como elemento de empresa.....	72
Art. 967	
6. A inscrição do empresário	75
7. Natureza da inscrição	76
8. Distinção de figuras afins.....	77
9. Ausência de inscrição	77
Art. 968	
10. Conteúdo da inscrição.....	78
11. Termo no livro próprio.....	79
12. Averbações à margem da inscrição	80
13. Convolação da figura do empresário para a de sociedade empresária	80
Art. 969	
14. Abertura de novos estabelecimentos do empresário	81
15. O registro da criação e da extinção de filial.....	82
Art. 970	
16. Dispositivo inútil.....	83

51-F. Responsabilidade do titular do capital	126	Art. 984	
51-G. Modo de constituição.....	127	66. Sociedade rural.....	152
51-H. Nome empresarial	128	67. Conversão da sociedade rural existente em sociedade empresária.....	153
51-I. Objeto	129	Art. 985	
51-J. Capital	130	68. Registro próprio	153
51-K. Administração	131	69. Registro com efeito atributivo de personalidade jurídica.....	154
51-L. Dissolução e liquidação	132	70. Efeitos da personificação.....	155
51-M. Operações de transformação, incorporação, fusão e cisão.....	133	71. A desconsideração da personalidade jurídica.....	156
51- N. Aplicação subsidiária das regras previstas para a sociedade limitada	133		
		Subtítulo I	
		DA SOCIEDADE	
		NÃO PERSONIFICADA	
		Capítulo I	
		DA SOCIEDADE EM COMUM	
		Art. 986	
		72. A sociedade como ente capaz de direitos e de obrigações	161
		73. A sociedade em comum.....	161
		74. Exclusão do regime jurídico da sociedade em comum.....	164
		Art. 987	
		75. Prova escrita de existência da sociedade	165
		76. A sociedade de fato entre casais ou conviventes.....	166
		Art. 988	
		77. Formação de patrimônio próprio	167
		78. Titularidade do patrimônio social.....	167
		Art. 989	
		79. Proteção aos credores sociais.....	168
		80. Credor de sócio	169
		Art. 990	
		81. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais.....	169
		82. Responsabilidade dos sócios na sociedade em comum.....	170
TÍTULO II			
DA SOCIEDADE			
Capítulo Único			
DISPOSIÇÕES GERAIS			
Art. 981			
52. Breve esboço histórico.....	135		
53. A unificação do direito societário ...	136		
54. Conceito de sociedade.....	137		
55. Distinção de figuras afins.....	138		
56. O ato constitutivo de sociedade	139		
57. Natureza do ato constitutivo	141		
58. Atividade restrita a um ou mais negócios determinados.....	144		
Art. 982			
59. Taxonomia da sociedade simples ..	144		
60. Desnecessidade do regime diferenciado	145		
61. Critérios distintivos entre sociedade simples e empresária.....	147		
62. Sociedades por ações e sociedade cooperativa	148		
Art. 983			
63. Tipos de sociedades empresárias	149		
64. Tipos de sociedades simples	150		
65. Outros tipos societários	151		

Capítulo II
DA SOCIEDADE EM CONTA
DE PARTICIPAÇÃO

Art. 991	
83. Conceito da sociedade em conta de participação	171
84. Características	172
85. Natureza jurídica.....	173
86. Distinção de figuras próximas.....	174
87. Classificação	175
88. Utilidade e atualidade da sociedade em conta de participação.....	176
Art. 992	
89. Informalidade na constituição.....	177
90. O interesse na prova de existência da sociedade	177
Art. 993	
91. Inocuidade do registro da sociedade em conta de participação.....	178
92. Relações entre sócios.....	179
93. O sócio ostensivo como administrador da sociedade	179
94. Relações com terceiros	180
Art. 994	
95. Patrimônio especial da sociedade em conta de participação e efeitos.	181
96. Falência do sócio ostensivo	181
97. Falência do sócio oculto ou participante.....	182
Art. 995	
98. Ingresso de novo sócio	183
Art. 996	
99. Normas aplicáveis à sociedade em conta de participação.....	184
100. Dissolução e liquidação.....	185
101. Direito à prestação de contas e normas aplicáveis.....	185
102. Prestação de contas de dois ou mais sócios ostensivos.....	186

Subtítulo II
DA SOCIEDADE PERSONIFICADA

Capítulo I
DA SOCIEDADE SIMPLES

Seção I
Do contrato social

Art. 997	
103. Considerações gerais.....	187
104. Referência histórica.....	188
105. Conteúdo do contrato social.....	188
106. Nome e qualificação das partes...	188
107. Nome da sociedade	189
108. Objeto social	189
109. Sede social	190
110. Prazo de duração.....	190
111. Capital social.....	190
112. Contribuições dos sócios e quotas de participação	191
113. Administração da sociedade.....	193
114. Participação dos sócios nos lucros e nas perdas.....	194
115. Responsabilidade dos sócios em relação às dívidas sociais.....	194
116. Demais cláusulas estipuladas pelas partes	195
117. Eficácia das disposições contratuais em relação a terceiros.....	195
Art. 998	
118. Formalidades complementares à constituição.....	196
119. Prazo para a inscrição	196
120. Procedimento a observar para a inscrição	197
Art. 999	
121. Alteração do contrato social da sociedade simples.....	198
122. Atenuantes ao rigorismo legal.....	200
123. Deliberações por maioria	200
124. Modificação do contrato social e inscrição	201

Art. 1.000		143. Participação do sócio de indústria nos resultados	218
125. Filial ou sucursal de sociedade simples	201	Art. 1.008	
126. Obrigatoriedade de registro.....	202	144. Participação nos lucros e nas perdas	219
Seção II		Art. 1.009	
Dos direitos e obrigações dos sócios		145. Distribuição de lucros aos sócios	220
Art. 1.001		146. Lucros ilícitos ou fictícios	221
127. Os direitos dos sócios.....	203	147. Responsabilidade solidária dos agentes	221
128. As obrigações dos sócios.....	205	148. Reposição de dividendos havidos de má-fé.....	222
Art. 1.002		Seção III	
129. As funções do sócio na sociedade simples	206	Da administração	
130. Aplicação restrita ao sócio de indústria	207	Art. 1.010	
Art. 1.003		149. Modo de agir da sociedade.....	223
131. Transferência de quotas na sociedade simples.....	208	150. Natureza dos vínculos entre sociedade, sócio e administrador....	223
132. Responsabilidade do cedente pelas dívidas sociais	209	151. As deliberações sociais	226
Art. 1.004		152. A formação da vontade social	227
133. A obrigação primordial dos sócios	210	Art. 1.011	
134. Inadimplemento da prestação	211	153. O administrador	229
135. Exclusão do sócio remisso	212	154. Parâmetros de conduta do administrador.....	229
136. Redução da participação societária	213	155. Impedimentos	231
Art. 1.005		156. Normas sobre o mandato	232
137. Efetividade do valor econômico da contribuição do sócio	213	157. Remuneração do administrador ...	233
138. Responsabilidade pela evicção ...	214	Art. 1.012	
139. Responsabilidade pela solvência do devedor	214	158. Formas de designação de administrador	234
Art. 1.006		159. Administrador com prazo certo de gestão.....	234
140. Limitação à atuação do sócio de trabalho ou indústria	215	160. Averbação do ato separado e efeitos.....	235
141. Consequências da violação da proibição	216	Art. 1.013	
Art. 1.007		161. Omissão contratual quanto ao administrador.....	235
142. A divisão dos resultados da atividade social.....	217	162. Controle da atuação individual do administrador.....	236

Art. 1.014		Art. 1.021	
163. Exercício conjunto da administração.....	237	183. Direito de fiscalização	254
164. Efeitos da restrição.....	237	184. Modo de exercer a fiscalização....	255
Art. 1.015		185. Escrituração e livros.....	255
165. Poderes dos administradores.....	238		
166. Restrições quanto a imóveis.....	239	Seção IV	
167. Excesso e abuso de poder	240	Das relações com terceiros	
168. O critério adotado pelo Código Civil	241	Art. 1.022	
169. Hipóteses de não aplicação da regra	242	186. A sociedade em suas relações com terceiros.....	256
Art. 1.016		187. Representação judicial	257
170. Responsabilidade pessoal dos administradores.....	243	Art. 1.023	
171. Responsabilidade solidária.....	244	188. A responsabilidade subsidiária dos sócios na sociedade simples.....	257
Art. 1.017		189. Responsabilidade ilimitada e proporcional	259
172. Utilização indevida do patrimônio da sociedade.....	245	190. Responsabilidade solidária	259
173. Conflito de interesses entre administrador e sociedade	246	Art. 1.024	
174. Autorização para a prática de atos legalmente excluídos.....	246	191. Obrigação pessoal de garantia com benefício de ordem.....	260
Art. 1.018		192. A questão da insuficiência de bens.....	260
175. Proibição de delegação da administração.....	247	Art. 1.025	
176. Mandatários da sociedade	247	193. Responsabilidade do novo sócio (sócio ingressante)	261
Art. 1.019		194. Modos de ingresso e responsabilidades dos envolvidos na operação.....	262
177. Antecedentes da norma.....	249	195. Cláusula excludente de responsabilidade.....	263
178. Sócio investido na administração pelo contrato social.....	250	Art. 1.026	
179. Sócio designado administrador por ato separado.....	251	196. O patrimônio do sócio e o patrimônio social	263
180. Não sócio designado administrador.....	251	197. Dificuldades para a concretização do direito.....	265
Art. 1.020		198. Sentido a ser dado à regra	265
181. Obrigação de prestação de contas.....	252	199. A liquidação da participação societária.....	267
182. Obrigação de elaboração do inventário e dos balanços.....	253	200. Efeitos da liquidação	268

Art. 1.049

278. Distribuição de lucros na comanda simples	331
279. Redução do patrimônio social por perdas supervenientes	332

Art. 1.050

280. Efeitos da morte do comanditário no quadro social	334
281. Cessão de quotas do comanditário por ato entre vivos	335

Art. 1.051

282. Causas de dissolução da comanda simples	335
283. Liquidação da sociedade	336

Capítulo IV**DA SOCIEDADE LIMITADA****Seção I****Disposições preliminares**

Art. 1.052

284. Referência histórica	337
285. Conceito	339
286. Características	340
287. Os diversos perfis da responsabilidade do sócio na limitada	341
288. Responsabilidade pela realização do valor da quota e pela integralização do capital social	341
289. Momento em que se torna efetiva essa responsabilidade	342
290. Responsabilidade do sócio por débitos fiscais e trabalhistas	343

Art. 1.053

291. Regime jurídico da sociedade limitada	345
291-A Aplicação supletiva das normas das sociedades anônimas	345
292. Inserção de cláusula sobre regência supletiva da Lei das S.A.	347

Art. 1.054

293. Particularidades do contrato social da limitada	348
294. Nome da sociedade	349

Seção II**Das quotas**

Art. 1.055

295. Conceito de capital social	350
296. Capital social e patrimônio	350
297. Funções do capital social	351
298. Princípios da intangibilidade e da efetividade do capital social	352
299. Conceito e natureza da quota social	352
300. A quota como objeto de relações jurídicas	353
301. Uma ou mais quotas de valores iguais ou desiguais a cada sócio ..	353
302. Contribuição do sócio	354
303. Proibição de contribuição com serviços	355

Art. 1.056

304. A indivisibilidade da quota ou das quotas	356
305. A ressalva da divisibilidade para efeito de transmissão	357
306. Condomínio de quota	358
307. Obrigações solidárias dos condôminos	358

Art. 1.057

308. Conceito e alcance da cessão de quotas	359
309. Cessão total e parcial de quota	359
310. Requisitos para a cessão de quota ...	360
311. Cessão de quotas entre sócios	360
312. Cessão de quotas a terceiro	361
313. Cessão de quotas para a própria sociedade	362
314. Solidariedade entre cedente e cessionário	362

Art. 1.058

315. Sócio remisso	363
316. Caracterização da mora	364
317. Execução da obrigação	364
318. Exclusão do sócio remisso	364

319. Redução da quota do sócio remisso 366

Art. 1.059

320. Medida de preservação do patrimônio social 366

321. Lucros e quantias 366

Seção III

Da administração

Art. 1.060

322. A administração da sociedade limitada 368

323. Designação de administrador por ato separado 369

324. Impedimentos ao exercício da administração..... 369

325. Administração da limitada por pessoa jurídica..... 370

326. Intransmissibilidade da qualidade de administrador a novo sócio 371

327. Responsabilidade do administrador..... 371

328. Responsabilidade do administrador por débitos fiscais ou trabalhistas 373

329. A ação de responsabilidade civil . 373

Art. 1.061

330. Administrador não sócio..... 375

331. Deliberação unânime e maioria qualificada 376

Art. 1.062

332. Investidura no cargo 377

333. Prazo para a assunção do cargo... 378

334. Garantia de gestão..... 378

335. Publicidade..... 379

Art. 1.063

336. Vacância do cargo de administrador 380

337. Incapacidade superveniente..... 380

338. Destituição 381

339. Término do prazo de gestão..... 381

340. Renúncia 382

Art. 1.064

341. A firma ou denominação social... 382

342. Poderes de gestão 382

343. Excesso e abuso de poder 383

344. Delegação de gerência..... 384

Art. 1.065

345. Contas de encerramento do exercício social..... 385

346. Apresentação de contas em período inferior ao do exercício social..... 386

Seção IV

Do conselho fiscal

Art. 1.066

347. O direito de fiscalização dos sócios 386

348. O conselho fiscal nas sociedades limitadas..... 387

349. Sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios 388

350. Número e qualificação dos membros do conselho fiscal..... 388

Art. 1.067

351. Investidura dos membros e suplentes do conselho fiscal 389

352. Invalidação da eleição 390

353. Prazo e cessação do período de gestão dos conselheiros..... 390

354. Críticas à criação do órgão 391

Art. 1.068

355. Remuneração dos membros do conselho fiscal..... 392

Art. 1.069

356. Atribuições do conselho fiscal 393

Art. 1.070

357. Proibição à constituição de outro órgão para a fiscalização..... 395

358. Responsabilidade dos membros e suplentes do conselho fiscal..... 395

359. Auxiliares do conselho fiscal..... 396

Seção V		Art. 1.077	
Das deliberações dos sócios		379. Direito de retirada.....	416
Art. 1.071		380. Retirada e renúncia	416
360. Deliberações sociais	397	381. Fundamento do direito de retirada.....	417
361. Atos que dependem de deliberação dos sócios.....	398	382. A questão do fundamento constitucional	419
362. A enumeração legal.....	399	383. O direito de retirada e a preservação da empresa.....	420
Art. 1.072		384. Prazo para o exercício do direito de retirada	421
363. Órgão colegiado de deliberação dos sócios.....	401	385. Pressupostos para a aquisição do direito de retirada.....	422
364. Distinção entre reunião e assembleia de sócios	402	386. Liquidação da quota.....	422
365. Deliberações que dispensam assembleia ou reunião	403	Art. 1.078	
366. Efeitos das deliberações	404	387. Assembleia ou reunião anual de sócios.....	423
Art. 1.073		388. Assuntos a deliberar.....	424
367. Legitimidade para a convocação da reunião ou da assembleia	405	389. Envio de documentos com antecedência aos sócios	425
368. Forma e conteúdo da convocação.....	405	390. Procedimento a seguir.....	426
Art. 1.074		391. Efeitos da aprovação das contas..	427
369. Quórum para a instalação da assembleia	406	Art. 1.079	
370. Livro ou lista de presença	407	392. Normas disciplinadoras das reuniões de sócios	428
371. Representação de sócio na assembleia.....	408	Art. 1.080	
372. Restrição ao direito de voto.....	409	393. Deliberações ilegais.....	429
Art. 1.075		394. Efeitos das deliberações ilegais ...	429
373. Ritual dos trabalhos	410	Seção VI	
Art. 1.076		Do aumento e da redução do capital	
374. As maiorias nas deliberações sociais	411	Art. 1.081	
375. A maioria de três quartos para alterar o contrato social	413	395. Modificação do capital social	431
376. Maioria absoluta.....	414	396. Aumento de capital	431
377. Maioria simples e outras maiorias.....	415	397. Direito de preferência.....	432
378. Temas que não podem ser objeto de deliberação por maioria.....	415	398. Procedimento para o aumento de capital.....	433
		399. Outras modalidades de aumento de capital.....	434

Art. 1.082

400. Redução voluntária do capital social..... 435
 401. Redução legal ou obrigatória 437

Art. 1.083

402. Redução do valor nominal da quota 437
 403. Averbação e efeitos..... 438

Art. 1.084

404. Redução do capital social por excesso 438
 405. Publicação da deliberação de redução do capital social 439
 406. Direito de impugnação do credor ... 440

Seção VII**Da resolução da sociedade em relação a sócios minoritários**

Art. 1.085

407. Resolução da sociedade em relação a sócio 441
 408. Previsão contratual..... 442
 409. Justa causa..... 442
 410. Deliberação por maioria absoluta.. 444
 411. Procedimento 444
 412. Exclusão de sócio majoritário 446
 413. Momento da exclusão e titularidade do direito 446
 414. Demais hipóteses de exclusão 447

Art. 1.086

415. Efeitos da exclusão 448
 416. Liquidação da quota do sócio 448
 417. Responsabilidade do excluído por obrigações pendentes..... 449

Seção VIII**Da dissolução**

Art. 1.087

418. A polêmica quanto à lei aplicável.... 450
 419. Dissolução parcial 451
 420. Causas de dissolução..... 451
 421. Dissolução por deliberação dos sócios..... 452
 422. Legitimação ativa e passiva 452

Capítulo V**DA SOCIEDADE ANÔNIMA****Seção Única****Da caracterização**

Art. 1.088

423. Identificação do tipo societário ... 456
 424. Demais características 456
 425. Espécies de sociedades anônimas.. 457

Art. 1.089

426. Tratamento da matéria 459
 427. Matéria abrangida pela Lei das Sociedades por Ações..... 459
 428. Disposições da Lei das S.A. aplicáveis às sociedades em geral..... 460
 429. Disposições do Código Civil aplicáveis às companhias 461

Capítulo VI**DA SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES**

Art. 1.090

430. A importância das sociedades em comandita por ações 463
 431. Lei supletiva aplicável 464
 432. Identificação da sociedade e características 465
 433. Capital dividido em ações 465
 434. Nome empresarial 465

Art. 1.091

435. A administração por acionista.... 466
 436. Investidura e tempo de gestão.... 467
 437. Órgãos de administração..... 467
 438. Acionista controlador..... 468

Art. 1.092

439. Poder de veto do comanditado ... 468
 440. Outras deliberações..... 469

Capítulo VII		461. Formas de concentração	486
DA SOCIEDADE COOPERATIVA		462. O fenômeno da coligação no Código Civil de 2002.....	487
Art. 1.093		463. Outras espécies de coligação.....	488
441. Generalidades sobre a sociedade cooperativa.....	470	464. Ajustes de subordinação e de ordenação.....	489
442. Regime jurídico.....	471	465. Grupo de sociedades.....	489
443. Conceito e natureza da sociedade cooperativa.....	472	466. Consórcio.....	491
444. Classificação das cooperativas	474	Art. 1.098	
Art. 1.094		467. Sociedades controladoras e controladas.....	494
445. Características da sociedade cooperativa.....	475	468. Outras formas de controle.....	495
446. Capital social.....	476	469. Subsidiária integral	495
447. Número de cooperados e quotas-partes	477	470. Regime jurídico peculiar	496
448. Critério de deliberação.....	477	Art. 1.099	
449. Remuneração do capital e distribuição dos resultados.....	477	471. A coligação em sentido estrito	497
450. Fundos de reserva e sobras patrimoniais.....	478	472. Regime jurídico da coligação	498
Art. 1.095		Art. 1.100	
451. Responsabilidade dos sócios.....	479	473. Participação reduzida.....	499
452. A responsabilidade em caso de desligamento de sócio.....	480	474. Regime jurídico.....	500
453. Responsabilidade dos dirigentes..	480	Art. 1.101	
Art. 1.096		475. A questão da participação recíproca no regime anterior.....	501
454. Normas específicas.....	480	476. A participação recíproca no Código Civil.....	502
455. Constituição da sociedade cooperativa	480	477. Verificação da limitação e consequência de sua não observância..	503
456. Órgãos sociais	481	Capítulo IX	
457. Dissolução e liquidação.....	482	DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE	
458. Transformação, fusão, incorporação e desmembramento.....	483	Art. 1.102	
459. Liquidação extrajudicial.....	483	478. A liquidação da sociedade.....	504
Capítulo VIII		479. Conceito e distinções.....	505
DAS SOCIEDADES COLIGADAS		480. Termo inicial da liquidação.....	507
Art. 1.097		481. O liquidante	507
460. A concentração empresarial e a livre concorrência	485	482. A investidura do liquidante.....	508
		483. A remuneração do liquidante.....	509
		Art. 1.103	
		484. Os deveres do liquidante.....	510

526. Incorporação de ações.....	551
527. Regras a observar na deliberação sobre a incorporação	552
528. Incorporação em caso de coligação e controle	552
529. Incorporação de sociedade em liquidação	553
Art. 1.117	
530. As bases da operação e o projeto de reforma do ato constitutivo ...	554
531. Avaliação do patrimônio da sociedade a ser incorporada	555
532. Procedimento a ser adotado pela sociedade incorporada	557
533. Confronto entre patrimônio e capital	558
Art. 1.118	
534. Conclusão da operação de incorporação.....	559
535. Publicação dos atos de incorporação	559
Art. 1.119	
536. Conceito de fusão.....	560
537. Natureza da fusão.....	560
538. Efeitos	561
Art. 1.120	
539. Quórum e outros pressupostos para a aprovação da fusão	562
540. Aprovação da fusão em ato único ...	563
541. Procedimento a seguir na fusão quando não há unanimidade	564
Art. 1.121	
542. Atos complementares à fusão.....	565
543. Publicação dos atos de fusão.....	565
Art. 1.122	
544. Proteção aos credores.....	566
545. Prazo de decadência.....	567
546. Consignação em pagamento e depósito em garantia.....	568
547. Falência subsequente à incorporação, fusão ou cisão	568
548. A questão dos credores na cisão..	569

Capítulo XI DA SOCIEDADE DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO

Seção I

Disposições gerais

Art. 1.123

549. Antecedentes	571
550. Regime atual.....	572
551. Fundamento e competência para a outorga da autorização	573
552. Sociedades que dependem de autorização.....	573

Art. 1.124

553. Prazo para o início das atividades após a autorização	574
554. Caducidade	575

Art. 1.125

555. A revogação da autorização.....	575
556. Efeitos da cassação	576
557. Revisão judicial do ato de cassação	577

Seção II

Da sociedade nacional

Art. 1.126

558. A nacionalidade das pessoas jurídicas de direito privado.....	578
559. Caracterização da empresa nacional	581
560. Sociedade nacional sob controle brasileiro	582
561. Comprovação da nacionalidade dos sócios ou acionistas	582
562. Sociedades transnacionais ou multinacionais.....	582

Art. 1.127

563. Mudança de nacionalidade	584
564. Conteúdo da deliberação	584
565. Inexigibilidade de anuência de terceiros.....	584

Art. 1.128		586. Sociedade estrangeira sócia de sociedade nacional.....	597
566. Requerimento de autorização	585		
567. Constituição por escritura pública.....	586	Art. 1.135	
Art. 1.129		587. Natureza do ato concessivo da autorização.....	599
568. Cumprimento de exigências administrativas.....	586	588. Decreto de autorização.....	600
569. Modo de suprimento.....	587	589. Atos subsequentes à autorização....	600
570. Autorização a título precário.....	587	Art. 1.136	
Art. 1.130		590. Início das atividades da sociedade estrangeira no Brasil.....	601
571. Recusa de autorização.....	588	591. Efeito da inscrição.....	602
572. Consequências da recusa	588	Art. 1.137	
Art. 1.131		592. Equiparação da sociedade estrangeira à nacional	603
573. Decreto de autorização e publicação.....	589	593. Nome empresarial.....	604
574. Arquivamento e início das atividades	589	594. Jurisdição brasileira.....	604
575. Responsabilidade do Estado pela autorização expedida	590	Art. 1.138	
Art. 1.132		595. Representante permanente no Brasil	604
576. Autorização para constituição de sociedade anônima.....	590	596. O ato de nomeação.....	605
577. Requerimento de autorização e formalidades complementares	591	597. Duas representações distintas	606
Art. 1.133		598. Representação de sociedade sócia de sociedade brasileira	606
578. Alterações contratuais ou estatutárias.....	592	Art. 1.139	
579. Outras alterações estatutárias.....	593	599. Reforma estatutária ou contratual ..	607
		600. O pedido de aprovação das alterações estatutárias ou contratuais ..	608
		Art. 1.140	
		601. Divulgação de informações relevantes	609
		602. Sanção pelo não cumprimento da regra	610
		Art. 1.141	
		603. Mudança de nacionalidade	610
		604. Procedimento para obtenção da nacionalidade brasileira	611
		605. Ato concessivo, publicações e registro	612
Seção III			
Da sociedade estrangeira			
Art. 1.134			
580. Sociedade estrangeira.....	594		
581. Autorização para funcionamento	594		
582. Empresário individual.....	595		
583. Sociedade empresária e não empresária.....	595		
584. Documentos para a obtenção da autorização para o funcionamento	596		
585. Autenticação	597		

**TÍTULO III
DO ESTABELECIMENTO**

**Capítulo Único
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1.142	
606. Escorço histórico.....	613
607. Conceito de estabelecimento	614
608. Distinções.....	615
609. Os bens que compõem o estabelecimento	616
610. Ponto comercial	617
611. Bens imóveis	618
612. Contratos, créditos e dívidas.....	619
613. Direitos de propriedade industrial.....	619
614. Programas de computação	621
615. Cultivares	621
616. Aviamento	622
617. Clientela.....	623
Art. 1.143	
618. Natureza jurídica do estabelecimento	624
619. O estabelecimento como bem distinto dos que o integram.....	626
620. Diversos estabelecimentos	626
621. Objeto unitário de direitos ou de negócios jurídicos	627
Art. 1.144	
622. Averbação de contratos que versem sobre o estabelecimento.....	628
623. Publicação	630
Art. 1.145	
624. A alienação do estabelecimento ..	631
625. Condições para a eficácia do negócio jurídico de alienação	632
626. O consentimento dos credores....	633
627. Alienação da exploração do estabelecimento	634
Art. 1.146	
628. Determinação do passivo quando assumido pelo adquirente	635
629. Garantia dos credores.....	636

Art. 1.147	
630. Proibição de concorrência.....	636
631. Estabelecimento de não empresário.....	638
632. Aplicação do princípio da boa-fé na interpretação	638
633. Proibição em caso de arrendamento e de usufruto.....	639
634. Consequências da violação da proibição	639
Art. 1.148	
635. A sub-rogação nos contratos de exploração do estabelecimento ...	639
636. Contratos de caráter pessoal	641
637. Possibilidade de rescisão contratual	642
Art. 1.149	
638. Direitos de crédito cedidos com o estabelecimento.....	642
639. Eficácia contra o devedor.....	643

**TÍTULO IV
DOS INSTITUTOS
COMPLEMENTARES**

**Capítulo I
DO REGISTRO**

Art. 1.150	
640. A dualidade de registros.....	645
641. Necessidade de sistematização da matéria	646
642. Registro Civil de Pessoas Jurídicas	647
643. O Registro Público de Empresas Mercantis: antecedentes e referências legislativas.....	648
644. Estrutura do Registro Público de Empresas Mercantis	649
645. Finalidade e efeitos do registro ...	650
Art. 1.151	
646. Atos e fatos abrangidos pelo registro	651

647. A inscrição	652	Art. 1.156	
648. A matrícula.....	653	669. Conceito e características da firma individual	671
649. O arquivamento	654	670. Firma individual e pessoa jurídica	672
650. A averbação.....	654	670-A. O nome da empresa individual de responsabilidade limitada ...	673
651. A autenticação.....	656	Art. 1.157	
652. O assentamento de usos.....	656	671. Firma ou razão social.....	674
653. As pessoas incumbidas de levar os atos a registro.....	657	672. Composição da firma social	675
654. Prazo para a apresentação a registro e consequência do descumprimento	658	673. Ônus para o sócio cujo nome figura na firma social.....	676
Art. 1.152		Art. 1.158	
655. Verificação da regularidade das publicações.....	659	674. O nome empresarial da sociedade limitada	677
656. Publicações vinculadas ao regime do empresário e das sociedades (empresárias e simples).....	660	675. A firma ou razão social.....	677
Art. 1.153		676. A denominação social	678
657. Condições para a efetivação do registro	661	677. A expressão “limitada” na identificação do tipo societário	679
658. Suprimento de irregularidades....	662	Art. 1.159	
Art. 1.154		678. Denominação da sociedade cooperativa.....	680
659. Efeitos do registro quanto a terceiros.....	663	Art. 1.160	
660. Validade e eficácia do ato suscetível de registro.....	664	679. O nome empresarial da sociedade anônima	681
Capítulo II		680. Modo de compor a denominação social	682
DO NOME EMPRESARIAL		681. Denominação com nome de pessoa natural.....	683
Art. 1.155		Art. 1.161	
661. O nome como identificador do agente econômico	665	682. A firma ou razão social da sociedade em comandita por ações....	684
662. Desenvolvimento da noção de nome empresarial.....	665	683. A denominação da sociedade em comandita por ações	685
663. Conceito de nome empresarial e distinções	666	Art. 1.162	
664. Espécies de nome empresarial	667	684. Sociedade sem nome.....	685
665. Princípios que orientam a composição do nome empresarial.....	667	Art. 1.163	
666. Proibições.....	668	685. Princípio da novidade ou da originalidade do nome empresarial.	686
667. Natureza jurídica do nome empresarial.....	669	686. Soluções para nomes empresariais idênticos ou semelhantes	687
668. O nome das demais pessoas jurídicas	670		

721. Atuação em nome e em proveito pessoal.....	720	738. O pequeno empresário, os micro-empresários e os empresários de pequeno porte	733
Art. 1.176		Art. 1.180	
722. Poderes de representação judicial do gerente.....	720	739. Obrigatoriedade de uso do Livro Diário	734
723. Poderes para a propositura de ações.....	721	740. Escrituração mecanizada ou eletrônica	735
724. Poderes mais amplos para receber citação	721	741. Livro para feitura dos balanços ...	737
725. Representação de empresário estrangeiro.....	722	Art. 1.181	
Seção III		742. A autenticação dos instrumentos de escrituração	738
Do contabilista e outros auxiliares		743. Autenticação só para empresários regularmente inscritos	739
Art. 1.177		Art. 1.182	
726. O contabilista	723	744. Contabilista legalmente habilitado	740
727. Responsabilidade objetiva do empresário pelos atos do contabilista e de seus auxiliares.....	724	745. Escrituração pelo próprio empresário.....	740
728. Responsabilidade objetiva do empresário pelos atos de seus demais prepostos.....	724	Art. 1.183	
Art. 1.178		746. Normas a seguir na escrituração .	741
729. Atos de prepostos praticados no estabelecimento do empresário... ..	725	747. Uso de código de números ou de abreviaturas.....	742
730. Atos de prepostos que atuam fora do estabelecimento do preponente.....	726	Art. 1.184	
731. Comprovação dos poderes escritos para atuação externa.....	726	748. Conteúdo e modo de preencher o Livro Diário.....	743
Capítulo IV		749. Escrituração resumida.....	743
DA ESCRITURAÇÃO		750. Lançamentos de balanços no Diário.....	744
Art. 1.179		Art. 1.185	
732. Antecedentes	728	751. O Livro de Balancetes Diários e Balanços	745
733. A escrituração	729	Art. 1.186	
734. Balanço patrimonial e de resultado econômico.....	730	752. Conteúdo do Livro de Balancetes Diários e Balanços e modo de escrituração	746
735. Livros de escrituração	731	Art. 1.187	
736. Outros livros obrigatórios	732	753. O inventário	747
737. Livros fiscais.....	732	754. Bens destinados à exploração da atividade.....	748

755. Valor dos estoques e da matéria prima.....	749	768. Exibição parcial.....	762
756. Valor das participações societárias e de outros valores mobiliários	749	769. Local da exibição.....	762
757. Valor dos créditos a receber	750	Art. 1.192	
758. Outros valores que podem figurar no ativo	750	770. O descumprimento da ordem de exibição	763
Art. 1.188		771. A sanção para a recusa de exibição integral.....	764
759. Conteúdo do balanço patrimonial	751	772. A sanção para a recusa de exibição parcial	765
760. Informações do balanço quanto a coligações.....	752	Art. 1.193	
Art. 1.189		773. Exibição dos instrumentos de escrituração às autoridades tributárias.....	765
761. Conteúdo do balanço de resultado econômico.....	754	Art. 1.194	
762. O lucro e sua destinação	755	774. Obrigação de guarda e conservação dos documentos de escrituração	766
Art. 1.190		775. A perda dos instrumentos de escrituração	767
763. O princípio da inviolabilidade da escrituração mercantil.....	756	Art. 1.195	
764. Respeito ao princípio por qualquer autoridade.....	757	776. As contas da sociedade estrangeira com estabelecimento brasileiro	768
Art. 1.191		BIBLIOGRAFIA	769
765. Função probatória dos instrumentos de escrituração do empresário... ..	758	OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	783
766. Uma questão de ordem prática ...	759		
767. Exibição total dos livros do empresário	760		